



A CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO

Luiz Antônio de Souza Pereira
Centro Universitário Serra dos Órgãos – UNIFESO
Colégio Estadual Higino da Silveira - RJ
luizantoniorj@hotmail.com

RESUMO:

A disciplina escolar Geografia deve contribuir para o desenvolvimento do pensamento e do raciocínio geográfico dos educandos para que sejam capazes de realizar a leitura do/no cotidiano e do/no mundo, o que é imprescindível para o exercício da cidadania. A cidade é uma referência básica para a vida cotidiana da maior parcela da sociedade brasileira. Historicamente, no país, o ensino de geografia tem como principal material didático o livro didático. O presente trabalho propõe uma metodologia para problematizar a cidade para além do livro didático no ensino médio. A proposta pedagógica introduz procedimentos de pesquisa e torna os estudantes construtores do próprio conhecimento, cabendo ao professor a tarefa de mediar o processo de aprendizagem. Ao término, os estudantes compreendem a lógica de produção e reprodução no/do espaço na cidade e a importância do exercício da cidadania para transformar a perversa realidade existente.

Palavras-chave: geografia urbana; ensino de geografia; prática pedagógica.

GT – 17: Geografia e Apropriação Urbana: Ensino de Cidade e das Comunidades Tradicionais

1. INTRODUÇÃO

“Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

(Paulo Freire, 2011, p. 24)

No ambiente escolar, a disciplina Geografia deve contribuir para o desenvolvimento e o aprofundamento da compreensão, análise e reflexão da dimensão espacial dos estudantes para que sejam capazes de realizar a leitura do/no cotidiano e do/no mundo. Assim como os processos e os fenômenos em seus diferentes níveis e relações escalares. A leitura do/no mundo é imprescindível para o exercício da cidadania (ALMEIDA, 1991; CAVALCANTI, 2008).

A cidade é uma referência básica para a vida cotidiana da maior parcela da sociedade brasileira. A cidade é educadora na medida que educa, forma valores e comportamentos. (CAVALCANTI, 2008).

Historicamente, no país, o ensino de geografia e o professor de geografia tem como principal material didático o livro didático. Segundo Oliveira (2012, p. 137), “o livro didático tornou-se a ‘bíblia’ dos professores”. As precárias formação dos professores e condições de trabalho, aliado a elevada carga horária e quantidade de turmas dos professores, muitas vezes, aprisionam o trabalho pedagógico ao livro didático.

Castellar e Vilhena (2011, p. 137) afirmam que “o livro didático ainda continua sendo um dos suportes mais importantes no cotidiano escolar e é, sem dúvida, o mais utilizado e solicitado”. Os autores criticam a forma como os livros são utilizados por muitos professores, que o “transformam em um mero compêndio de informações, ou seja, utilizam-no como um fim, e não como um meio, no processo de aprendizagem”.

O presente trabalho propõe uma metodologia para problematizar à cidade e o urbano para além do livro didático. O artigo está dividido em três partes. A primeira traz informações gerais do local onde foi realizada a prática pedagógica, o Colégio Estadual Higino da Silveira, no município de Teresópolis - RJ.

A disciplina escolar Geografia é contextualizada brevemente na rede de ensino estadual do Rio de Janeiro na segunda parte. A terceira e última parte contém o objetivo principal do trabalho, que é apresentar e compartilhar a prática pedagógica denominada *Conhecendo a minha*

cidade Acreditamos que o município de Teresópolis-RJ, apesar das particularidades existentes, possui em maior ou menor quantidade, qualidade e intensidade os problemas presentes nas demais cidades brasileiras.

A proposta pedagógica utiliza princípios de pesquisa no ambiente escolar. Os estudantes são estimulados a coletar informações e produzir dados, tabelas e gráficos. Para isso, pesquisam notícias nos principais veículos de comunicação sobre o município e nos endereços eletrônicos do poder público local e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os alunos constroem roteiros de questionários para entrevistas, registram fotografias e fazem filmagens.

2. CONHECENDO A MINHA CIDADE ...

2.1 O município e o colégio



Figura 1. Localização do município de Teresópolis-RJ

Fonte: Wikipédia. Teresópolis-RJ, 2019.

A prática pedagógica é realizada no município de Teresópolis (figura1), localizado na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, cerca de 90 quilômetros da capital. A altitude média encontra-se acima dos 800 metros e o clima é o tropical de altitude.

A população de Teresópolis estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) é de 180.886 habitantes, com uma densidade demográfica de 212 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, alcançou 0,730. O PIB *per capita* (2016) é R\$ 29.997,09¹.

A economia do município é pautada no setor de comércio e serviços. Devido a qualidade e quantidade de água disponível, destacam-se indústrias no setor de bebidas. A agricultura, realizada em pequenas e médias propriedades, é um importante gerador de emprego e renda, além de fixador de uma parcela da população na zona rural (um pouco mais de 10% da população).

A proximidade da cidade do Rio de Janeiro, juntamente com as paisagens naturais e o clima atraem turistas e veranistas para o município. Diante dos elevados índices de criminalidade e de custo de vida na capital, todos os anos, o município torna-se local de moradia de famílias cariocas. Porém, o emprego e a renda continuam na capital, sendo realizados movimentos pendulares.

Desde meados da segunda metade do século XX o município apresenta um quadro de crescimento urbano desordenado. A paisagem teresopolitana materializa o avanço de áreas periféricas e favelas com carência de infraestrutura, serviços e transporte público. Uma parcela das habitações encontram-se em locais de vulnerabilidade ambiental, com riscos de deslizamento das encostas e inundações dos rios. Algo evidenciado pelas fortes chuvas do verão de 2011, que provocou um rastro de mortes e destruição em Teresópolis e nos municípios do entorno².

O Colégio Estadual Higino da Silveira foi fundado em 1926 na área central do município de Teresópolis-RJ. O terreno e a construção foram doados pelo imigrante português Manoel José Lebrão³ que fez apenas uma exigência, que o nome do colégio homenageasse o amigo Higino da Silveira.

No prédio principal (figura 2) localiza-se a secretaria, direção, orientação pedagógica, sala dos professores, biblioteca, 4 salas de aula (com capacidade para 40 estudantes cada) e banheiros (estudantes e funcionários).

¹ Todos os dados encontram-se disponíveis na Plataforma Cidades do IBGE, no endereço eletrônico: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>.

² Para maiores informações sobre a tragédia que provocou 904 óbitos, 395 desaparecidos, 20.996 desalojados e 8.814 desabrigados, ver o artigo produzido por Luiz Antônio Pereira, intitulado *Eventos naturais extremos e falta de planejamento urbano: potencializando perdas de vidas e econômicas* e publicado nos Anais do 14º Encontro de Geógrafos de América Latina. Lima, Perú, 2013.

³ Sobre a biografia de Manoel José Lebrão ver: <https://nossosvizinhosilustres.blogspot.com/2017/09/manoel-jose-lebrao.html>.



Figura 2: Colégio Estadual Higino da Silveira
Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Devido ao aumento da demanda por educação nas décadas seguintes, nos fundos do terreno foi construído um prédio anexo que possui no térreo uma cozinha, um auditório (com projetor, computador e som) com capacidade para cerca de 100 pessoas, um laboratório de informática e dois banheiros para os estudantes. No segunda andar foram construídas 8 salas com capacidade para atender de 30 a 35 estudantes e uma pequena sala e um banheiro para os professores.

O colégio funciona em três turnos (com 12 turmas manhã, 12 turmas tarde e 7 turma noite) oferecendo o ensino médio. No ano letivo de 2019 há 1.012 estudantes matriculados e 92 funcionários (entre direção, equipe pedagógica, corpo docente, secretaria, inspeção de alunos, portaria, limpeza e cozinha).

Os estudantes são oriundos de diversos bairros do município devido a acessibilidade do transporte público, com destaque para os bairros populares e as favelas. Atende também alunos do interior (2º e 3º distritos), uma vez que é unidade educacional de ensino médio mais próxima. Diante da crise econômica, social e política existente no Brasil, materializadas na onda de manifestações pelos quatro cantos do país em 2013. Aliadas aos mecanismos de ingresso no ensino superior, uma parcela de estudantes oriundos de escolas particulares ingressaram em maior quantidade e frequência no colégio. Enquanto no turno noturno há a predominância de estudantes fora da idade ideal e de estudantes trabalhadores. É comum as turmas possuírem elevado número

de estudantes, que apresentam grande heterogeneidade de culturas, níveis de aprendizado, conhecimentos, experiências e perspectivas.

Dentre os problemas encontrados na rede estadual, é possível afirmar que o colégio no qual a atividade é realizada desde 2014 apresenta uma infraestrutura superior à média dos colégios da rede estadual de ensino.

O quantitativo de estudantes por sala de aula encontra-se no limite para o desenvolvimento do trabalho docente com qualidade no colégio (por volta de 35 alunos). Atualmente, o maior problema refere-se ao pequeno espaço disponível para a realização das atividades físicas. Um pequeno pátio que foi transformado em quadra entre o edifício principal e o prédio anexo. O que limita o trabalho dos professores de educação física e, ao mesmo tempo, gera, não raramente, poluição sonora na metade das salas do colégio (com janelas voltadas esse espaço).

A equipe pedagógica e docente não apresenta grande déficit de profissionais (se comparado a outros colégios na rede estadual de ensino), há poucas transferências de docentes e, no geral, os profissionais atuando há anos e décadas no local. A estrutura e as condições de trabalho que se reflete nos resultados positivos obtidos nas avaliações externas (do governo estadual e federal).

2.2 Situando a Geografia na rede estadual do Rio de Janeiro

A carga horária da disciplina de Geografia é de apenas 2 horas/aula por semana na rede estadual de ensino do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a Resolução SEEDUC nº 4.866 de 14 de fevereiro de 2013, o Currículo Mínimo é um “documento oficial norteador da elaboração dos planos de curso da rede estadual” que apresenta “os conteúdos mínimos que serão ministrados e as competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas bimestralmente em cada ano/série, por disciplina, nas unidades escolares”. “O cumprimento do currículo mínimo é obrigatório em sua totalidade no ano letivo vigente, respeitando a autonomia do professor para possíveis ajustes”.

Diante do modelo meritocrático, que avança na política educacional brasileira dentro de um contexto neoliberal, desde a década de 1990, a mensuração da “qualidade” do ensino é obtida através de um conjunto de variáveis, entre as quais encontram-se avaliações objetivas com conteúdos disciplinares aplicadas a todos os estudantes da rede de ensino.

O sistema implantado é denominado “Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro” (SAERJ). A avaliação bimestral dos conteúdos escolares disciplinares presentes no Currículo Mínimo de 2012, visa controlar e reduzir a autonomia dos professores.

Uma das pautas de reivindicação da maior greve da história da rede de educação estadual, ocorrida entre 02 de março e 26 de junho de 2016, foi a extinção de tal avaliação. Algo conquistado pela categoria num momento de grave crise econômica no governo estadual.

No 2º ano do ensino médio, segundo o Currículo Mínimo de Geografia (2012) em vigor, a “urbanização mundial e brasileira” é o foco do 2º bimestre do 2º ano do ensino médio. As habilidades e competências são:

- Analisar a urbanização no século XX, e o crescimento das metrópoles em diferentes contextos e escalas;
- Comparar o processo de urbanização entre diferentes grupos de países;
- Relacionar o processo de urbanização com o processo de industrialização;
- Compreender a rede hierárquica de cidades, e suas especificidades;
- Aprender o processo de urbanização brasileira, considerando seus aspectos socioespaciais (habitação, segurança, lazer - identificando processos de segregação espacial);
- Reconhecer o espaço urbano como o espaço do encontro das diferenças e do exercício da cidadania, valorizando as diferentes manifestações culturais urbanas.

Os recursos didáticos disponíveis na rede, de uma forma geral, são escassos. Falta até mapas básicos! O livro didático, fornecido gratuitamente aos estudantes através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo governo federal, possuem cada vez menos utilidade na disciplina desde que o volume único do livro didático foi abandonado. Em vez de um, três livros, um para cada ano. A justificativa oficial para a elevação dos gastos com o material não se reside no aumento do lucro das editoras, mas no peso carregado pelos estudantes.

A produção de livros didáticos em nível nacional, diante da quantidade de redes e características regionais é empobrecedora. Privilegia-se o currículo da maior rede de ensino estadual, a do Estado de São Paulo, que serve de guia (para não dizer cópia) para outros estados. As especificidades do Currículo Mínimo de geografia da Rede Estadual de Ensino do Governo do

Estado do Rio de Janeiro faz com que todas as coleções disponíveis sejam subutilizadas em maior ou menor grau⁴.

No colégio não há livros didáticos de geografia para todos os estudantes dos três turnos. A estratégia adotada nos últimos anos foi guardar na biblioteca 35 exemplares de cada ano do ensino médio para serem utilizados no período de aula pelos estudantes.

2.3 A prática pedagógica de Geografia

No 2º bimestre, nas turmas do 2º ano ensino médio, planejo e organizo dois grandes momentos. O primeiro momento é dedicado a analisar a urbanização no século XX, e o crescimento das metrópoles em diferentes contextos e escalas; comparar o processo de urbanização entre diferentes grupos de países; relacionar o processo de urbanização com o processo de industrialização; e compreender a rede hierárquica de cidades, e suas especificidades.

No segundo momento proponho a proposta pedagógica denominada *Conhecendo a minha cidade ...*, que representa uma parte significativa da nota bimestral dos estudantes. As habilidades e competências, presentes no Currículo Mínimo de Geografia (2012), abordadas são: “apreender o processo de urbanização brasileira, considerando seus aspectos socioespaciais (habitação, segurança, lazer - identificando processos de segregação espacial)” e “reconhecer o espaço urbano como o espaço do encontro das diferenças e do exercício da cidadania”.

Inicialmente, os estudantes são estimulados a pensar e delimitar temas que consideram importantes para compreender a cidade em que vivem e algumas curiosidades, que também são anotadas no quadro. Desde 2014 a atividade é realizada e, de uma forma geral, os temas definidos foram:

- i) infraestrutura;
- ii) serviços públicos;
- iii) transporte e trânsito;
- iv) moradia e lazer;

⁴ Não estamos realizando uma avaliação da qualidade dos materiais disponíveis. Apenas afirmando que gasta-se recurso público (e muito!) para a aquisição de um material destinado a subutilização. Uma sugestão é a reunião de professores da própria rede para a elaboração de “apostilas” bimestrais (se a questão realmente é o peso) disponibilizadas em material impresso e em meio digital. De modo a fornecer aos estudantes um material mais próximo do que o currículo mínimo exige.

- v) segurança pública;
- vi) emprego e renda;
- vii) meio ambiente.

Uma vez delimitados, a turma é dividida em grupos (um para cada tema), cabendo aos próprios estudantes formarem os grupos. A escolha dos temas ocorre através de sorteio. Ao término do sorteio, em uma folha de papel, são anotados os integrantes de cada grupo e o respectivo tema.

Os estudantes são estimulados a pesquisar, analisar e refletir sobre o tema sorteado levando em consideração diferentes realidades espaciais (figura 3): área central da cidade (entorno do colégio) e os bairros mais valorizados; as favelas (denominadas de “comunidades” por muitos estudantes moradores desses espaços) e periferia; e áreas rurais (local de moradia de alguns estudantes).

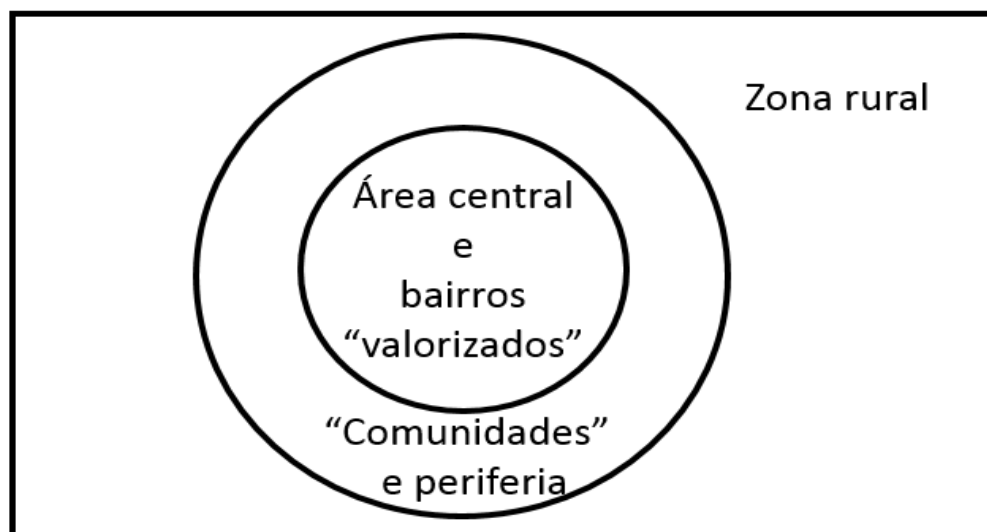


Figura 3: Estrutura socioespacial do município

As normas e os informes gerais a respeito da construção do trabalho são anotadas no quadro. As orientações e as regras referentes a formatação do trabalho escrito como formato da página, letra, tamanho da letra, alinhamento do parágrafo, espaçamento entre parágrafos etc. são estabelecidas, admitindo pequenas variações, com o intuito de construir uma padronização mínima próxima ao que os estudantes irão se deparar no ensino superior ou na vida profissional.

Um tempo é dedicado ao que é plágio, as formas de citação (direta e indireta) no texto e as referências bibliográficas, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

De uma forma geral, o trabalho escrito deve conter cabeçalho completo, título, introdução (com a justificativa e os objetivos), desenvolvimento (explicando o passo a passo adotado pelo grupo), resultados obtidos, considerações finais (incluindo o que o grupo aprendeu ao fazer o trabalho⁵) e referências bibliográficas. É definido previamente um limite máximo entre 5 e 7 páginas por grupo.

No primeiro momento, além dos produtos (trabalho escrito e apresentação) é definido o dia de entrega e apresentação do trabalho, que normalmente ocorre após três semanas. As orientações referentes a apresentação são discutidas posteriormente, quando o trabalho escrito está numa fase mais avançada, mais perto da data para não gerar um excesso de informação. Essa etapa inicial consome duas horas-aula.

2.3.1 O desenvolvimento do trabalho

Nas duas semanas seguintes, uma parte da aula é dedicada ao acompanhamento dos trabalhos. Há dois momentos, um com cada grupo para identificar a fase em que se encontra o trabalho, os problemas e as dificuldades encontradas e auxiliá-los na superação dos obstáculos e com sugestões (algumas, inclusive, adotadas pelos estudantes que já realizaram tal atividade em anos anteriores). E o outro com toda a turma, quando são apresentados as formas e os procedimentos de pesquisas (acompanhados de exemplos) e abordadas as dúvidas e as dificuldades mais recorrentes trazidas pelos grupos.

Os grupos desenvolvem pesquisas, sobretudo, na internet, e realizam trabalho de campo pelas ruas da cidade registrando com imagens e vídeos os fenômenos estudados. Os estudantes são orientados a mapearem os fenômenos estudados utilizando, por exemplo, o Google Earth ou Google Maps. São estimulados a realizarem entrevistas com a população nas ruas e nas redes sociais e com profissionais especialistas no tema em estudo.

⁵ Considero o espaço destinado para os estudantes expressarem o que aprenderam realizando tal atividade um dos mais importantes mas poucas vezes existentes do cotidiano escolar. FREIRE (2011, p. 25) afirma que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Ao seja, à prática educativa é uma via de mão dupla. Quando o docente realiza apenas o famoso “cuspe e giz” dificilmente aprende algo com seus alunos (e os alunos com o professor). Os meus momentos mais marcantes e significativos foram justamente aqueles em que aprendi algo com meus estudantes.

O ato de percorrer as ruas e realizar as entrevistas (quantitativas e qualitativas) são previamente planejadas levando em consideração os objetivos de cada grupo. Posteriormente, as informações obtidas são organizadas, analisadas e sistematizadas. Para atender esse objetivo são construídos gráficos, tabelas e mapas.

Na última semana de preparação do trabalho são apresentados: o tempo delimitado (5 a 10 minutos para cada grupo), os critérios da avaliação e as orientações para a apresentação na semana seguinte. O objetivo é contribuir para uma maior qualidade da apresentação e evitar que os estudantes cheguem na frente da turma e apenas leiam um pedaço de papel⁶.

2.3.2 O que os trabalhos apresentados revelam?

É disponibilizado aos estudantes no dia da apresentação um projetor e uma caixa de som. Seguindo o roteiro do trabalho escrito, os estudantes apresentam seus objetivos, explicam como realizaram o trabalho, os aspectos gerais do tema estudado no município e os aspectos específicos de cada área (área central da cidade e os bairros mais valorizados; as “comunidades” e periferia; e áreas rurais) e o que aprenderam (não se restringindo os conteúdos).

Ao término da apresentação, os demais estudantes são convidados a realizarem perguntas ao grupo para eliminar possíveis dúvidas e complementarem ou questionarem as afirmações (através de relatos). A medida que os estudantes apresentam os temas, não é raro os grupos seguintes utilizarem informações dos grupos anteriores e estabelecerem analogias. O controle do tempo é muito importante para que todos os grupos se apresentem no mesmo dia (em duas horas/aula).

De uma forma geral, os estudantes identificam que há significativas diferenças de quantidade e qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos prestados nas três áreas estudadas, sendo melhores na área central e bairros residenciais mais valorizados e piores nas áreas mais afastadas do centro e nas favelas.

Cabe registrar que nos bairros residenciais nobres e de classe média mais afastados do centro da cidade, o transporte público apresenta um número limitado de linhas e horários, porém

⁶ No momento da construção do texto, de tabelas e gráficos e da apresentação (em programas de computador como o Word, Excel e PowerPoint ou similares) é constatado que uma parcela significativa dos estudantes não sabem manusear minimamente tais programas. Enquanto uma pequena parcela possui uma maior familiaridade com programas existentes. Em comum, ambos possuem smartphones (com grande variedade de modelos e preços) utilizados, na maior parte do tempo, em jogos e redes sociais.

tal adversidade é suprida com a utilização do automóvel particular. As entrevistas realizadas em pontos de ônibus movimentados próximos do colégio ou através das redes sociais com jovens, adultos e idosos apontam que o transporte público é considerado caro e há problemas na prestação do serviço nas áreas mais afastadas do centro e com menor densidade populacional.

As pesquisas realizadas na área central da cidade constatou a imprudência e falta de respeito de muitos motoristas, que utilizam aparelhos celulares enquanto dirigem, não usam o cinto de segurança, estacionam ou param em locais proibidos e avançam sobre os pedestres (inclusive na faixa de pedestre). As ações negativas dos motociclistas, excesso de velocidade e imprudências, são ainda mais intensas.

As possibilidades de emprego e renda são limitadas para a maior parte da população que não possui curso técnico, ensino superior ou é proprietária de um negócio. As entrevistas junto aos trabalhadores do comércio local constatou que os salários dos empregados na maior parte das vezes não ultrapassa dois salários mínimos.

Ao observar o emprego e a renda (apresentado propositalmente antes) e confrontar com os preços dos imóveis em diferentes áreas da cidade (obtidos em imobiliárias, associações de moradores e sites como Zap Imóveis), o grupo responsável pelo tema moradia chegam à conclusão que os preços de compra e venda e aluguel na área central e nos bairros valorizados não são viáveis para a maior parte da população. As opções de moradias para a população assalariada no mercado formal são reduzidas, o que leva milhares de teresopolitanos para as beiras dos rios e as encostas em áreas de vulnerabilidade ambiental, com carências de infraestrutura e serviços urbanos, ampliando o processo de favelização do município⁷.

O nível de segurança e o tipo de crime nas diferentes áreas do município são identificados pelos estudantes ao realizarem pesquisas em jornais e entrevistas com moradores e membros da segurança pública⁸. Na área central e nos bairros nobres e de classe média as ocorrências policiais são na maior parte das vezes relacionadas a roubos e furtos, apesar de não serem frequentes.

⁷ “Segundo os dados do Censo 2010 – IBGE é possível verificar que os 163.805 habitantes de Teresópolis vivem em 53.057 domicílios. O que corresponde a uma média de 3 pessoas por domicílio, seguindo a média nacional. Cabe registrar que o número total de domicílios no município é de 72.047. Dos 18.990 imóveis não ocupados, cerca de um terço dos imóveis (6.609) estavam fechados e 11.600 possuem ocupação ocasional (férias e fins de semana). Os dados confirmam a forte tradição e potencialidade do município para receber veranistas (ocupação ocasional), mas também deixa evidente a falta de políticas públicas para garantir o direito a moradia digna para um em quatro habitantes. Teresópolis iniciou o século XXI ocupando a segunda colocação entre as cidades com maior proporção de população vivendo em favelas (cerca de 25%), no Estado do Rio de Janeiro, num total de 91 municípios. São mais de 30 mil moradores (quinto lugar em população absoluta) vivendo nas 22 favelas identificadas pelo IBGE (quarta cidade em número de favelas)” (PEREIRA, 2013).

⁸ Por mais de uma vez, os grupos responsáveis pelo tema segurança realizaram entrevistas com membros da Polícia Militar e/ou da Polícia Civil, sempre orientados a estarem acompanhados de um responsável.

Na periferia e, sobretudo, em algumas favelas, as ocorrências mais frequentes, com destaque nos meios de comunicação local, possuem direta ou indiretamente relação com a atuação do tráfico de drogas. Porém, a maior descoberta é que o crime mais cometido no município é a violência contra a mulher, na maior parte das vezes, realizada pelo companheiro (ou ex) ou familiares. E que a sensação e os tipos de violência variam, em média, de acordo com o gênero e a faixa etária.

Apesar da presença de três unidades de conservação (Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos e Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis), a degradação do meio ambiente é exposta, sobretudo, através de fotografias e vídeos de diferentes pontos do município. Sendo evidente o descaso com os corpos hídricos, o depósito incorreto dos resíduos sólidos e o desmatamento da cobertura vegetal e da mata ciliar na paisagem teresopolitana.

2.3.3 A síntese dos trabalhos e o direito à cidade

Após o término das apresentações, na aula seguinte, os estudantes são instigados a analisar o papel do poder público (em diferentes escalas) na redução ou ampliação dos principais problemas listados e das desigualdades e injustiças existentes. Em seguida, são convidados a formularem possíveis soluções para as questões abordadas. De forma oral e coletiva os estudantes constroem uma síntese a respeito do espaço urbano estudado. A mesma é anotada no quadro e, depois de concluída, nos cadernos.

Por mais que o processo da leitura da cidade, inicialmente, tenha sido fragmentado em temas e que os grupos não tenham dialogado entre si no momento da produção do trabalho, as apresentações revelam uma lógica na produção e reprodução no/do espaço na cidade de Teresópolis. Na qual o poder público reforça as desigualdades e injustiças presentes no município ao priorizar a área central e, em particular, os bairros mais valorizados em detrimento dos espaços mais carentes de infraestrutura e serviços urbanos.

Uma vez que a cidade e a sociedade vigentes são frutos de determinadas lógicas, estratégias e interesses, é necessário e possível almejar futuros desejáveis na transformação e construção de cidades e sociedades com justiça social e equilíbrio ambiental. Para tal empreitada, é importante compreender o espaço urbano como a materialização de disputadas, como um palco/uma arena político/política. No qual é indispensável o exercício da cidadania.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a atividade pedagógica *Conhecendo a minha cidade ...* contribuiu para uma leitura do/no mundo menos contemplativa e mais crítica e reflexiva por parte dos estudantes. O que permitiu uma maior compreensão da cidade em que vivem e comparações com outros espaços urbanos, em especial, brasileiros.

O trabalho exposto tornou os participantes construtores do próprio conhecimento, cabendo ao professor a tarefa de mediar o processo de aprendizagem. A proposta descrita possibilitou a introdução de procedimentos de pesquisa científica no âmbito escolar e o desenvolvimento de habilidades e competências.

A atividade realizada no 2º ano do ensino médio permitiu analisar a lógica na produção e reprodução no/do espaço na cidade a partir de um conjunto de temas. E compreender o papel do poder público municipal, em particular, na ampliação e no aprofundamento dos problemas, das desigualdades e das injustiças existentes. Atendendo aos interesses privados e do capital fundiário e imobiliário.

Uma vez que a cidade e a sociedade vigentes são frutos de determinadas lógicas, estratégias e interesses, é necessário e possível almejar futuros desejáveis na transformação e construção de cidades e sociedades com justiça social. É importante valorizar o espaço urbano como um espaço político, de disputas e de exercício da cidadania.

Podemos nos indagar qual é o espaço do livro didático ao abordar tais conteúdos? A adoção de propostas como a apresentada no presente trabalho não significa o abandono do livro didático. O mesmo pode ser utilizado para uma compreensão geral do conteúdo estudado e para comparações com outros espaços urbanos do país e do exterior.

É importante registrar que o momento em que mais aprendo com os meus estudantes é quando os indago a responderem o que aprenderam realizando tal atividade. Nas respostas tenho a confirmação da afirmação do saudoso mestre Paulo Freire (2011, p. 24), que inicia o trabalho, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Algo improvável em aulas com longas exposições sobre um determinado conteúdo e/ou a leitura de fragmentos do livro didático. Ambas, normalmente, seguidas de exercícios sobre a exposição e/ou conteúdos com o intuito de memorizar.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. **Revista Terra Livre** n° 8. São Paulo: AGB/Marco Zero; 1991.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CAVALCANTI, Lana. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino da geografia para a vida cotidiana**. Campinas-SP: Papirus, 2008.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Currículo Mínimo Geografia**. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> - Acesso em: 15/06/2019.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: Oliveira, Ariovaldo (org). **Para onde vai o ensino da geografia?** 10^a ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, Luiz Antônio. Eventos naturais extremos e a falta de planejamento urbano: potencializando perdas de vidas e econômicas. **Anais do 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Perú, 2013.